

## ATA DA REUNIÃO TÉCNICA DOS NEABIS

No dia 29 de março de dois mil e dezenove a abertura da reunião técnica dos Neabis deu-se com a fala da Pró-reitora de extensão, Zandra Dumaresq, dando as boas vindas e colocando à disposição a Pró Reitoria de Extensão (PROEXT) para apoiar os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI's). Após a fala da Pró-reitora de extensão, deu-se início a apresentação dos coordenadores e representantes da coordenação dos NEABI's dos *campi*. De modo dinâmico, as pessoas iam apresentando-se com nome, campus e a expectativa na reunião, e lendo um poema de diversas autoras negras e militantes pela igualdade racial, organizado pela Coordenadoria de Acessibilidade e Diversidade étnica racial (CAD) da PROEXT. A reunião contou com a participação de 22 pessoas, dos seguintes campi: Maranguape, Fortaleza, Caucaia, Acopiara, Itapioca, Canindé, Iguatu, Tauá, Jaguaribe, Limoeiro, Paracuru, Juazeiro do Norte, Boa Viagem, Quixadá, Acaraú, Reitoria. A reunião teve a seguinte pauta: Diálogos com a PROEN sobre as ações da Comissões de Heteroidentificação; Informes da PROEXT (Resolução 65/2018, atualização de dados sobre discentes pretos, pardos, indígenas e quilombolas); Explanação do PDI e do PAA da PROEXT relativos as questões étnico-raciais; Explanação do PDI e do PAA dos *campi* relativos as questões étnico-raciais; Entrega e Socialização dos Planos de atuação dos Neabis para 2019 e articulação de ações coletivas e integradas; Intervalo para almoço; Articulações para o próximo encontro dos Neabis em Iguatu; Parceria com Cáritas: pensarmos a participação dos *campi*; Parceria com Unilab: pensarmos a participação dos *campi*; Lançamento da Cartilha do campus de Acaraú “Povo Tremembé e Remanescentes de Quilombo vivendo em Acaraú: histórias de luta por direitos e reconhecimento”; Lançamento e roda de conversa sobre o Filme “Os Cabelos de Yami”, Encerramento e avaliação das atividades. Em relação a pauta sobre a **Comissão Técnica de Heteroidentificação**. Ana Uchoa iniciou resgatando o histórico sobre a criação desta comissão, a qual originou-se quando o Ministério Público (MP) entrou com duas solicitações, uma querendo saber desde quando o IFCE adota políticas de cotas nos processos seletivos, e a outro foi querendo informações sobre o processo de verificação dos cotistas dentro do IFCE, com o objetivo de saber quais medidas a instituição tem aplicado para combater as fraudes nos processos de seleção dos candidatos ingressantes no Instituto Federal do Ceará. Como resposta ao MP foi afirmado que os candidatos apresentavam uma autodeclararão de que são negros. Porém, em contato novamente com a instituição, o Ministério Público solicitou que o IFCE organizasse mecanismos que garantissem efetivamente as cotas raciais, criando-se assim a comissão de heteroidentificação e subcomissões, as quais têm como objetivos criar um regulamento interno dos processos de heteroidentificação, que terá que passar pela validação do COLDIR e CONSUP. Após essas etapas, teria que ser alterado os editais. A priori essas medidas seriam somente para os estudantes ingressos no nível superior, todavia, a comissão deliberou em estender para os demais níveis e modalidades de ensino dentro do IFCE. O cronograma das ações é até maio de 2019 ter o regulamento finalizado para submeter às outras instâncias do IFCE, depois ajustar os editais. Ana relatou que a comissão realizou uma consulta a Ana Carla do IFBA, estudiosa conhecedora da temática de heteroidentificação, para compreenderem melhor a atuação de uma comissão de heteroidentificação e, em paralelo, foi encaminhado um processo pelo SEI para formação das subcomissões nos *campi*. Ana

também destacou que a comissão já realizou um levantamento de regulamentações das outras instituições e começou a elaboração da minuta tomando por base a elaborada pelo Instituto Federal de Goiás e do Maranhão, sendo posteriormente este documento compartilhado com os *campi* para recebermos as contribuições para democratizar a construção dos processos e garantir a participação da comunidade acadêmica do IFCE, assim como, definir o perfil da política de heteroidentificação nos moldes e características dos diversos *campi*. Outro profissional consultado sobre os processos de trabalho a ser desenvolvido por uma comissão de heteroidentificação foi o professor Faber do Instituto Federal do Rio Grande do Sul que é do departamento de ações afirmativas, que atua nessa temática desde 2017, e contribuiu com sugestão para não sobrecarregar os NEABI's, por que é o dever da instituição. Ana destacou que o Ministério Público encaminhou novamente o pedido do posicionamento sobre as medidas tomadas sobre a política de heteroidentificação, decorrente do prazo inicial de 180 dias ter expirado, ou seja, primeiro semestre de 2019. Em decorrências dos processos de pesquisas, estudos e consultas, além da democratização de toda a instituição, o prazo não poderá ser atendido, portanto, serão informadas as medidas tomadas até o momento para estabelecer um novo prazo, deste modo serão renovadas as portarias das comissões e subcomissões de heteroidentificação, sendo estas encaminhadas ao MP. Ana destacou que até aquele momento apenas 02 *campi* não tinha encaminhado suas portarias de subcomissões, sendo estes Guaramiranga e Pécem. Ana pediu a colaboração dos colegas presentes para que cobrassem a criação dessa portaria. Ana destacou que a comissão ainda estava pensando como será a metodologia de trabalho considerando os diferentes calendários acadêmicos entre os *campi*, e as modalidades de ensino (cursos técnicos e os cursos superiores, além dos cursos de pós graduação). Não foi estabelecido se trabalhará por macro região ou cada campus terá sua própria comissão, todavia este último têm complicadores que podem inviabilizar a heteroidentificação dos membros da comissão, ou sua própria criação, em detrimento da ausência de profissionais com expertise para atuar com propriedade. Após aberto momento para o debate, Kelma Felipe resgatou que, inicialmente, a Coordenadoria de Acessibilidade e Diversidade Étnico-racial (CAD) recebeu o convite para participar da composição da comissão de heteroidentificação para elaborar a política de ingressos dos discentes com o perfil, todavia, a CAD quis envolver pessoas com expertise na temática e outras áreas para colaborar na formação dessa política, delimitando as responsabilidades da implantação e os processos de heteroidentificação, deste modo, evitando que essas responsabilidades ficassem a cargo dos NEABI's, exclusivamente, estabelecendo dessa forma que a instituição é a responsável. Reforçou que mesmo não sendo a responsabilidade dos NEABI's, os núcleos são corresponsáveis para viabilizar a construção da regulamentação da política de heteroidentificação do IFCE, pois os profissionais envolvidos nos núcleos atualmente são aqueles que detêm maior conhecimento sobre a área das políticas afirmativas e de igualdade racial. Ana Uchôa concordou com o posicionamento da Kelma e reafirmou que a proposta é que a ação seja assumida pela instituição, lembrou que existe comumente um equívoco, pois quando mencionamos sobre questões étnico-raciais, muito querem atribuir aos NEABI's, como se essa atividade fosse o papel dos núcleos, quando na legislação é um dever institucional. Quando as ações tiverem finalizadas e partirmos para implantação efetiva dos processos contidos no regulamento de heteroidentificação, será necessário um período de formação para a subcomissões (em cada campus ou das macrorregiões). A proposta é que essa formação ocorra de forma semipresencial ou totalmente a distância, serão etapas que iremos verificar a posteriores. Deste modo, precisaremos das contribuições dos mesmos, para promover uma formação de qualidade, efetiva e motivadora. Um participante fez o seguinte questionamento: quais são as orientações para que as subcomissões iniciem suas atividades, o que podemos fazer neste momento, enquanto aguardamos as demais subcomissões serem oficializadas? Ana pediu

para fomentarem as discussões sobre a heteroidentificação, fizessem leituras no intuito de trabalhar a sensibilização. Tatiane, servidora do campus de Tauá deu a seguinte sugestão e questionamento: na composição da subcomissão do campus Tauá, os participantes entraram devido ao questionamento do diretor do campus no grupo de *wattsapp*, perguntando quem quer participar da comissão de heteroidentificação, todavia, grande parte dos membros das subcomissões são pessoas que não têm interesse em está participando, portanto sugerimos que façam um cronograma de atividades a serem desenvolvidas. E como irá ficar as subcomissões, pós remoção? Pois muitas pessoas que estavam como membros estão indo para outros *campi*. Ana respondeu que irá acatar a sugestão do cronograma de atividades e iremos encaminhar. Quanto ao processo de remoção dentro da instituição, Ana respondeu que este não irá prejudicar as atividades, a solução apresentada é criar uma comissão permanente, na qual os membros, mesmo após a remoção, continuarão fazendo parte da comissão e sendo solicitados para realizar os serviços decorrentes da comissão, isto após o regulamento está finalizado, embora seja uma discursão que terá que está previsto no regulamento. Cristiane, servidora do campus de Jaguaribe, sugeriu a leitura do livro do IFRS, priorizando os capítulos 1º, 2º e último, assim como, os anexos e documentos pré-elaborados, podendo reorganizar dentro do perfil do IFCE, entendendo que podemos atuar em rede. Os coordenadores e representantes de coordenação relataram como está o desenvolvimento das atividades de cada subcomissão. Ana Uchoa e Jarbiane finalizaram suas falas afirmando que irão dar continuidade as atividades, que realizarão o cronograma de atividades específicas sobre heteroidentificação sendo estes enviados as subcomissões. Dando continuidade à programação, Kelma retomou a discussão sobre a **Resolução 65 do CONSUP**, com as propostas de alterações do regulamento dos NEABI's, decorrentes do penúltimo encontro dos NEABI's, que ocorreu em Jaguaribe no ano de 2017. A mesma entregou o documento aos presentes, resgatando os pontos que foram submetidos e deliberados pelo CONSUP. A resolução é um documento que complementa o regulamento, não foram alterados os textos que regem e norteiam os núcleos, as considerações que são mencionada na resolução são sobre a composição dos núcleos, estabelecendo que são assistência estudantil, coordenadoria técnica pedagógica, docentes, discentes e membros da sociedade civil, e também defini que os membros serão designados através de portaria, nesse caso, o acréscimo é referente ao prazo que o diretor terá de 15 dias corridos para publicação. Ressaltou-se que tais alterações foram feitas no Encontro dos Neabis em Jaguaribe, pois os encontros são deliberativos. Em seguida foi apresentado os **Instrumentais de acompanhamentos dos discentes**, com o intuito de identificar e acompanhar os discentes com relação as etnias, raças e ancestralidades. Os participantes foram questionados sobre a relevância do instrumental para o NEABI, o qual possibilitará o acompanhamento dos discentes cotistas e os discentes autodeclarados. Ana Erika, servidora do Campus Fortaleza, demonstra que a missão do NEABI é mais que do visibilizar que existem ou não discentes negros no campus, mas o núcleo é um equipamento de estudos, e não de promover políticas. Todavia, temos a problemática com relação aos *campi* com muitos discentes, por exemplo campus que tem mais de 8 mil discentes. Kelma, levantou a fragilidade dos dados do Q'acadêmico com relação a veracidade dos dados, citou inclusive a existência de discentes indígenas que se autodeclararam, todavia não sabemos se condiz com a realidade do campus. Cristiane indagou a PROEXT sobre a possibilidade de acrescentar essas informações dentro do sistema acadêmico, a mesma lembra que no Q'acadêmico não existe a possibilidade da identificação por cor, embora tenha agora, então a sugestão seria adicionar as opções de indígena e quilombola no cadastro dos discentes, pois quando chegou no campus Jaguaribe, solicitou as informações dos discentes negros e cotistas. Portanto, a mesma acredita que tem que ser uma medida institucional, dentro do sistema acadêmico, portanto institucional. O documento é válido, embora, não na instância dentro dos NEABI's. Patrícia Freitas, assistente social da

PROEXT, relata que os dados do Q'acadêmico não refletem a realizada dos *campi*, apresentando a experiência da pesquisa realizada no NAPNE que teria o intuito de elaborar a política de acessibilidade do IFCE. Portanto, apresentamos a proposta de atuar, além de pesquisa. Desde 2015 estamos dialogando com a PROEN para alterar e atualizar o Q'acadêmico, pois este é a fonte de dados da instituição. Ressaltou ainda que considerando os trabalhos que serão realizados pela comissão de heteroidentificação do IFCE, o instrumental será um documento desnecessário. Sugeriu, então, que poderia ser feita uma pesquisa com os discentes cotistas, com o objetivo de entender quem é este estudante que está adentrando no IFCE e compreender a realidade dos mesmos para estabelecer quais as necessidades e, deste modo, estabelecer estratégias e mecanismos junto a PROEN. Robson, servidor do campus de Tabuleiro do Norte, questionou por que não utilizamos outro sistema? Por exemplo, o SUAP, por que tem até demonstrativos em gráficos. Daniel Castro, chefe do Departamento de Extensão Social e Cultural da PROEXT informou que a DGTI está realizando a migração do Q'acadêmico para o SUAP, portanto, o questionário para verificar os perfis dos estudantes, poderá ser alterado e ajustado de acordo com as necessidades da instituição, tanto que o teste piloto está sendo realizado no campus de Maranguape. Mariana, servidora do campus de Caucaia, relatou que os perfis de auto identificação dos estudantes negros serão sempre imprevistos, pois pode ocorrer de um estudante que não se reconhece como negro, e durante a participação no NEABI, pode se perceber como tal. Kelma destacou que a ideia do instrumental seria para os núcleos se aproximarem dos discentes com o perfil de atendimento, todavia, podemos retornar a discussão para os *campi*. Cristiane apresenta a fragilidade do acompanhamento dos estudantes negros, com relação a permanência e êxito, pois os *campi* têm reuniões sobre PPE (Plano de Permanência e êxito) e os coordenadores de NEABI's não são chamados, esse tipo de prática é considerado racismo institucional, pois os núcleos devem estar presentes para discutir as estratégias de combate à evasão e abandono do IFCE. Destacou que ainda é necessário o recorte racial, pois enquanto não estivermos nesses espaços continuaram com as mesmas práticas. Relatou que fez os mesmos questionamentos a direção de ensino do Campus de Jaguaribe e, agora, a postura é outra, todas as reuniões são chamados os membros do NEABI. Citou o campus de Caucaia, relatando que na região do campus existem comunidades indígenas e não temos dados sobre a entrada desse público no IF desse município. Nós queremos democratizar a educação, mas esse público não tem acesso. Se perguntássemos a CCA (Coordenadoria de Controle Acadêmico) quantos quilombolas têm no campus, este não teriam a informação, simplesmente, por que não têm como assinalar num documento. Kelma pediu que os presentes se posicionem com relação aos encaminhamentos sobre a proposta do instrumental e os acompanhamentos dos discentes com os perfis do núcleo. Cristiane mencionou que o diálogo é mais institucional PROEXT, PROEN, PRPI, DAE e etc e que o encaminhamento seria incluir os critérios sobre etnia/raça no Q'acadêmico e estes estarem presentes quando os *campi* estiverem utilizando o SUAP. Kelma esclareceu que essa não é uma atividade de curto prazo, fechando assim com três encaminhamentos: realizar a articulação entre PROEN, PROEXT, DAE, PRPI e DGTI para que possamos contribuir nesse projeto piloto que estará iniciando em Maranguape, com o intuito de acrescentar as opções para os discentes responderem quanto a identificação indígena ou quilombola; o segundo encaminhamento é solicitar oficialmente dados anuais aos diretores dos *campi* sobre os discentes, público do NEABI, para que os mesmos possam estar atentos a esses números e a terceira uniformizar instrumental dentro do Q'acadêmico sobre as pesquisas dos discentes indígenas e quilombolas. Este recurso dever ser apresentado inicialmente para estudantes, em seguida os demais interessados. Em seguida, trabalhou-se a pauta sobre as **Metas do PDI que os *campi* devem desenvolver anual e o período vigente do plano de desenvolvimento institucional, apresentada por Daniel Castro, chefe de Departamento.** No plano de

desenvolvimento institucional, desde o início do semestre do ano passado, estamos trabalhando nas metas e objetivos que devemos alcançar. Neste momento iremos apresentar alguns pontos que são mais relacionados aos NEABI's de cada campus. Daniel destacou que tivemos alguns avanços pelo menos a nível de reitoria, essas propostas já foram aprovadas no CONSUP, então apresentou os indicadores da PROEXT para os núcleos. Importante ressaltar que em comparação com o PDI passado este está aperfeiçoado, pois está trazendo essas duas temáticas. O tema estratégico que trabalha a temática do NEABI é a acessibilidade e diversidade, tendo em vista que o departamento atua nesses dois núcleos (NAPNE's e NEABI's). O objetivo estratégico é fortalecer as ações no âmbito da acessibilidade e diversidade étnico racial. A PROEXT tem 12 indicadores e alguns estão mais ligados as ações do NEABI's e outras podem ser incorporados a atuação do núcleo, podendo-se destacar a formalização de parcerias. No período da tarde a Kelma irá detalhar a parceira que está sendo firmada junto com a UNILAB (Universidade de Integração internacional da Lusofonia Afro-brasileira), assim o ideal é que os núcleos ao atuarem em parceria com entidades e instituições públicas ou privadas possam formalizar a parceira institucional. Recentemente, elaborou-se o manual de convênios que trata, inclusive, dos acordos de cooperação que não trata das transferências de recursos orçamentários. Para essas parcerias a característica principal são objetivos comuns e mútuos que tem interesse em realizar pactuação. O indicador que trata dos índices de servidores que atuam nas ações de extensão, destacamos que as ações dos NEABI's colaboram para a execução desse indicador, assim como o índice de participação dos discentes nessas ações. Daniel relatou que estava se detendo aos indicadores do PDI que têm duração de 5 anos, e a Kelma irá abordar o PAA (Plano Anual Ações). Portanto, voltando ao objetivo de fortalecer as ações de extensão na acessibilidade e diversidade étnico-racial até 2023 temos como meta alcançar 15%. Atualmente, temos o percentual de 10%, dados levantados no SIGPROEXT, acreditamos que é possível alcançar esse percentual, por que muitas ações não são lançadas no sistema em detrimento de algumas incoerências dos sistema, todavia, estamos desenvolvendo em conjunto com a DGTI um novo sistema que possibilitará o registro dessas ações de extensão. Destacou que todas as ações deverão ser cadastradas antes da execução da atividade, programa, projeto, evento e outros. Estas ações têm que seguir os trâmites que existem atualmente, ou seja, a validação da ação de extensão pelo campus e em seguida pela Pró reitoria de extensão. Outro indicador é a taxa de implantação dos NEABI's, a intenção é atingir 100% dos *campi* até 2023. Atualmente, estamos com 23 núcleos dentre os 33 *campi* da instituição. Kelma observou que a meta de implantação dos NEABI's está restrita somente para os *campi* que ainda não têm o núcleo, ou seja, os 10 *campi* que faltam implantar. Outra observação é que a meta de 15% é ao longo dos 5 anos, e não anualmente, por exemplo: um campus pode decidir que irá estabelecer uma meta de 3% de ações de extensão a cada ano do PDI. Todos esses indicadores estão no FORPDI e esta sendo possível realizar os ajustes em determinada incoerência, a qualquer momento, só não pode deixar para o final do ano. Estamos organizando a equipe da PROEXT para realizar o acompanhamento aos *campi*, sobre os percentuais de indicadores que estão sendo colocados nos planos para podermos orientá-los a respeito de como preencher e atingir os indicadores. Cristiane questionou sobre o processo de remoção de coordenadores de extensão e como ficará a situação? Daniel respondeu que já solicitamos aos diretores que o sucessor do coordenador de extensão receba as informações do coordenador anterior, também realizamos treinamento na própria PROEXT quando o servidor agenda com a equipe. Patrícia lembrou que o edital PAPEX está aberto e o edital de arte e cultura em breve também será lançado, ambos têm vagas destinadas ao fortalecimento das ações de acessibilidade e diversidades étnico-racial. Daniel destacou a diferença entre o PAPEX e o edital de Arte e Cultura, o PAPEX é direcionado a bolsas para discentes e a arte e cultura para custeio, anteriormente, havia um problema de

devolução dos valores de custeio por falta ou dificuldade de execução dos recursos pelo proponente da ação de extensão. Patrícia informou que podem ser submetidas propostas articuladas entre ambos os editais em questão. Rafael, servidor de Boa Viagem, levantou a seguinte questão: O projeto de extensão aprovado no PAPEX deveria ser vinculado ao proponente e não ao campus porque em caso de remoção como fica? Resposta: A justificativa para o projeto permanecer no campus e não ser ligado ao proponente, é que o projeto de extensão aprovado está ligado ao contexto regional específico, com o envolvimento com a comunidade descrita no projeto submetido, as entidades e as ações naquela realidade. Foi feita uma solicitação que no SIGPROEXT seja colocada a funcionalidade de emissão de certificados. Resposta: nesse sistema atual, não existe essa possibilidade, todavia no novo sistema que está sendo desenvolvido, estamos verificando esta funcionalidade. Do mesmo modo, que antes não havia a possibilidade de vincular ações de extensão desenvolvidas pelos núcleos, com o novo sistema poderá inserir as atividades da equipe composta no núcleo, que ajudará a comprovar a carga horária dos docentes envolvidos nos NEABI's. Passando para a próxima pauta, Kelma fez uma **apresentação dos dados do PAA**. Com base nos indicadores do PDI foi elaborado o PAA para o ano de 2019. No primeiro indicador que seriam as ações de extensão, seguindo o que a PROEXT define como ação de extensão que seria todos os projetos, programas e eventos, a Coordenadoria realizou diálogos com os representantes de NAPNE's e NEABI's através das reuniões técnicas, das assessorias aos *campi*, orientando a elaboração dos planos de trabalho e cadastro das ações no SIGPROEXT, instrumento registro oficial das ações. Com relação ao indicador 02 da proposta do PDI, que trata da taxa de implantação dos NEABI's, destacamos a realização de 02 atividades já realizadas no ano de 2018 que tem relação com o alcance dessa meta, as visitas de assessorias aos *campi* e o encontro regional dos NEABI's. Neste ano de 2019, deu-se continuidade com as assessorias aos *campi* não contemplados, assim como será realizado o encontro regional dos NEABI's que será no campus de Iguatu, lembrando que essa proposta de realizar o encontro nesse município, teve deliberação do encontro de 2018 que ocorreu no campus de Juazeiro do Norte. Acredita-se que os encontros regionais dos núcleos desperta o interesse em implantar novos núcleos nos *campi* que ainda não têm, e nos que têm núcleos, promove o fortalecimento e a troca de experiências, assim como, a possibilidade de estabelecer parcerias entre os próprios núcleos. Desde modo, acreditamos que em 2023 teremos 100% de implantação dos núcleos nos *campi*. Rafael, servidor do campus de Boa Viagem, fez a seguinte observação: Possivelmente teremos Fórum de Extensão no meio do ano, queremos que os coordenadores de extensão que estarão presentes no evento tenham uma formação com relação ao acompanhamento das ações, por que nós temos mais contato com os coordenadores quando estamos em nossas unidades, todavia, estes tem dificuldade em repassar essas informações aos extensionistas. Kelma comentou sobre a importância dos gestores chamarem os membros dos núcleos e extensionistas para repassar e orientar de como deve ser realizada o acompanhamento e os registros das ações para atendermos aos indicadores do PDI. Cristiane relatou que os coordenadores de extensão do campus de Jaguaribe, desconhece todas as atividades de extensão que o NEABI realiza, não conhece as ações que são realizadas na região com a comunidade, tão pouco, os trabalhos desenvolvidos no PAPEX, ou as parcerias que estão fazendo com a secretária de educação do município. Eles não têm acesso a essas informações, mas não é por que os membros do núcleo não informem, é por que, simplesmente, não existe diálogo, não tem essa aproximação entre o núcleo e a coordenação de extensão. Acredita-se que tal situação é devido ao fato de que em Jaguaribe a coordenação é de pesquisa e extensão, portanto a prioridade está mais voltada a pesquisa, deixando a extensão em segundo plano. Porém, quando somos contemplados no PAPEX a proposta é que ao final façamos publicações, que participemos de eventos, submetamos artigos em revista, que são atividades realizadas pelo NEABI, mas, no entanto,

não é valorizado. Outra situação, é referente as solicitações a comunicação social do campus em publicar as atividades desenvolvidas pelo núcleo. A publicação das ações a nível institucional ainda é frágil, pelo menos em Jaguaribe, todavia, continuamos a desenvolver nossas atividades e, caso o coordenador demande informações sobre as ações do núcleo, nós repassamos. Desta forma, Cristiane colocou a necessidade de darmos mais visibilidade as ações dos NEABIS, sendo importante uma articulação entre PROEXT e Comunicação Social. Adicionar na aba da página do IFCE a divulgação das ações. Finalizada a apresentação do Daniel e Kelma, foi dado andamento na programação, questionando aos presentes quais discursos dentro da programação daríamos prioridade. Na programação seria o momento agora de socializar as atividades desenvolvidas em cada NEABI e a tarde a apresentação das duas parcerias firmadas com a UNILAB e a Cáritas, ambas para benefícios e desenvolvimentos de projetos em conjunto. Cristiane, antes de finalizar as atividade da manhã, aproveitou o momento para questionar se haveria dentro da programação um momento para discutir alguns pontos referente a indisponibilidade financeira do campus para o pagamento das diárias dos servidores que se deslocaram dos *campi* localizados no interior do Ceará para a capital Fortaleza para participar da reunião técnica. Relatou que houve campus em que o diretor, a priori, disse que tinha a disponibilidade financeira e depois negou, justificando que não havia, além de membros que não puderam se fazer presente devido a direção do campus negar de imediato, deste modo, enfraquecendo a unidade. Outro ponto seria com relação a ser rediscutido na reunião a questão da FG (função gratificada), tendo em vista que os núcleos têm coordenação e seus respectivos coordenadores, que regimentalmente deveria receber FG, todavia estão atuando como coordenadores dos Núcleos e nem o reconhecimento institucional estes têm, pois existe momentos que recebemos demandas de uma coordenação, mas existe outros que deveriam estar presente mas os membros dos núcleos não são chamados, ou seja, dependendo da situação, existe a valorização do NEABI. Anna Érika complementou afirmando que existe situação que o NEABI é relevante para a instituição e outras que não é percebido, ou negligenciado as ações que o núcleo desenvolve, existe uma ausência de valorização do núcleo, por parte da instituição. Além disso, Cristiane também destacou a necessidade de retomarmos o processo no SEI, encaminhado a PROEN, sobre a inclusão da Lei 10.639/03 na matriz curricular. Referente as estes pontos, Kelma explicou que a coordenação concorda com a necessidade de rediscutir a FG que está estabelecida em regulamento e por isso a PROEXT questionou a procuradora quais medidas teriam que ser demandadas, sendo respondido que em relação a nomenclatura não teria problema permanecer com o nome de coordenação e que a condição de pagamento de função está condicionada a disponibilidade orçamentária. Foi destacado por uma pessoa presente na reunião que, considerando que tal orientação está em regulamento, os envolvidos poderia fazer uma denúncia informando que o regulamento não está sendo respeitado e que a instituição precisaria tomar medidas, outra sugestão é ter participação dos membros dos Neabis no CONSUP. Em relação ao pagamento de diárias, Kelma destacou que a reunião estava agendada com antecedência, mas houve um comunicado do reitor informando que a concessão de diárias seria suspensa e, por isso, foi feita uma consulta aos coordenadores dos NAPNE's e NEABI's sobre a possibilidade de permanência da reunião, sem diárias. Como resposta, os profissionais dos NAPNES declinaram em realizar a reunião e os profissionais dos NEABI's manifestaram o interesse em manter a reunião e por este momento permanecemos com o agendamento da reunião. Em relação ao processo no SEI encaminhado a PROEN, foi realizada a leitura da resposta dada pela PROEN durante a reunião, na qual afirmava que a instituição já cumpre a lei, embora não tenham no PUD. Patrícia destacou os seguintes pontos importantes em relação a esta questão. Segundo ela, no CONSUP as vezes ocorre votação de alguns pontos, porém os membros não tem formação pedagógica; outra situação é que os PPCs novos e os alterados,

as questões afro brasileiras e indígenas estão entrando com disciplinas optativas e para alterar essa formatação tem que alterar o regimento geral. Patrícia sugeriu que fosse encaminhado uma resposta ao processo, trabalhando em cima de pontos como: participação dos profissionais dos NEABIs nos encontros pedagógicos dos *campi* e necessidade de espaço para estes profissionais e para a temática étnico-racial no fórum de ensino. Rafael, servidor do campus de Boa Viagem, destacou que se existe a lei sobre a alteração de PPCs, esta não pode ser colocada apenas como responsabilidade do NEABI, sendo importante verificar o papel das Pró-reitoras dentro do regimento geral da instituição. Destacou-se que a nível superior deve-se ter uma disciplina específica obrigatória e nos cursos técnicos devem ser transversais em todas as disciplinas. Para dar encaminhamento a este ponto ficou estabelecido que Patrícia, Cristiane e Rafael iriam elaborar uma resposta para esse processo. Seguindo a pauta, tivemos um momento de apresentação do plano de ação anual e/ou registros das atividades dos NEABI's. Os *campis* que fizeram essa exposição foram: Campus Jaguaribe, Campus Quixadá, Campus Tauá, Campus Limoeiro do Norte, Campus Fortaleza, Campus Juazeiro do Norte e Campus Iguatu. À tarde iniciamos a pauta dialogando sobre o Encontro dos Neabis que aconteceu em novembro de 2018, em Juazeiro do Norte. Durante a programação, realizou-se uma reunião com técnicos e coordenadores de NEABI, na qual foram retirados demandas e outros pontos que precisamos discutir para fortalecimento dos NEABIS. Destacou-se também que nesta referida reunião ficou definido que o encontro deste ano acontecerá no Campus de Iguatu, no mês de novembro. Nesse momento, foi destacada a necessidade dos organizadores do evento de Juazeiro do Norte nos encaminharem o relatório do Encontro, pois no momento de planejamento dos próximos encontros sempre resgatamos os relatórios posteriores e deixamos tal documento público no *site* do IFCE. Em relação ao encaminhamento dado no referido encontro tem-se os seguintes pontos: Sobre a edição especial da revista, sugeriu-se criar uma subcomissão editorial para a edição especial. A composição deverá seguir o quantitativo de um representante das 5 macro regiões. (Tatiane Barros, Adriana, André, Erica Assunção e Ana Paula). Todos os membros da comissão devem se cadastrar na revista conexões, para que depois possam alterar o perfil de integrante para avaliador. Destacou-se que para ser parecerista o pré-requisito mínimo é ter titulação de mestre. Foi estabelecido o prazo de 15 dias para viabilizar o cadastro, em seguida, irão marcar a primeira reunião para deliberar. Outro ponto que saiu do último encontro foi referente a criação de um Observatório sobre diversidade étnico-racial. Destacou-se que é preciso cadastrar primeiramente um grupo de pesquisa, portanto tem que abrir um processo e depois se organiza o observatório. Em um observatório tem grupos com células e reuniões semestrais. A nível de rede federal ainda não existe um observatório étnico racial, é algo relevante para a pesquisa no IFCE. Em relação ao próximo Encontro dos Neabis em Iguatu discutiu-se os seguintes pontos: lembramos que o campus de Iguatu aceitou a proposta de realizar o encontro, mas a ideia é construir coletivamente o evento, necessitando, assim, formar comissões para a realização do mesmo. A equipe da Proext com base nos relatórios dos últimos encontros e nas visitas elencou as seguintes temáticas que podem ser trabalhadas no encontro de Iguatu: Resgatar a História do Município relacionada as questões indígenas e/ou quilombolas (algum vídeo ou fala de alguém mais antigo da cidade); Ter minicurso para aprofundar conceitos/debates demandados; Discutir racismo institucional; Debater sobre racismo religioso; Ter espaço para socialização de trabalhos em diversos formatos: oral, banner, documentário, exposição cultural; apresentações de ações de extensão com as pautas étnico-raciais; revisão do regimento; visita a alguma comunidade e/ou projeto com /sobre negros, indígenas e quilombolas. Destacou a importância de criar comissões. Deste modo, a priori deveria compor a comissão de organização do evento, ficando: Comissão Científica: Cristiane (Jaguaribe), PROEXT (será definido), André ( Canindé), Iguatu. Deliberou-se que a temática

do evento será definida pela comissão científica sendo dada as seguintes sugestões: 1) Etnocídio da juventude negra e povos indígenas: papel da educação; 2) Racismo Institucional; 3) Emergência da Juventude Negra e indígena. Sugeriu-se evitar que ocorram atividades simultaneamente de palestras ou discussões relevantes. Comissão divulgação e mobilização: Amélia (maraguape), Iara (Limoeiro) e Guilherme (PROEXT). Comissão Infraestrutura: Os membros são compostos, exclusivamente, pelos profissionais do Campus que sediará o evento - IGUATU. Estes membros devem ser informados a CAD. Comissão cultural e integração: Liliana (Fortaleza), Aterlane (Quixadá) e Ana Paula (Juazeiro do Norte). Comissão de relatoria: Os membros serão compostos pelos profissionais do campus que sediará o evento que devem ser informados a CAD e profissionais da PROEXT. Sugeriu-se que em cada atividade desenvolvida no encontro deva ter no mínimo dois relatores. Prosseguindo a pauta, tivemos a apresentação da Maria do Carmo e o 2º lançamento da cartilha “Acará Povo Canindé: Histórias e Lutas por direitos e reconhecimento”. A cartilha teve incentivo do PAPEX e trata sobre as lideranças dos Córregos da Telhas, uma das aldeias em que as atividades foram desenvolvidas pela equipe que compunha o projeto. A cartilha traz relatos das lideranças indígenas, gerando um registro escrito das memórias e histórias dessas comunidades. O material produzido tem o objetivo de chegar as escolas públicas e as escolas indígenas. Depois, passamos para os informes sobre a parceria firmada entre IFCE e Unilab que no momento já está com minuta assinada por ambas as instituições envolvidas. O projeto foi proposto pela professora Vera da Unilab e Valéria do IFCE campus Crateús, com a qual tivemos uma reunião técnica em que a mesma apresentou e lançou o projeto no google drive para que os NEABIs contribuíssem com suas considerações. O objetivo geral do acordo de cooperação é difundir o patrimônio material e imaterial, bem como, a valorização da diversidade cultural por meio da promoção, educação e cultura afro brasileira desenvolvida no estado do Ceará. A proposta é realizar um mapeamento e um registro das manifestações sócio culturais de matriz afro brasileira, tais como, comunidades quilombolas, terreiros, grupos negros e movimentos sociais na capital e no interior do estado. A proposta conta com a parceria dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiro e Indígenas (NEABIS) e os Centro de Estudos Interdisciplinares Africanos e das Diásporas (CEIÁfrica). O plano de trabalho tem duração de cinco anos (2019-2023). Algumas das atividades já realizadas foram: reunião com a Unilab e PROEXT, encaminhamento de plano de cooperação aos membros dos Neabis para recebimento de contribuições. Das ações propostas no plano temos as seguintes: lançamento oficial do projeto, processo seletivo para bolsistas, curso de formação básica de patrimônio e diversidade cultural, reunião de trabalho entre equipe do projeto e as coordenações dos NEABI's para inserção em campus que aderiram ao plano com a fase exploratória da pesquisa, mapeamento e registro documental, análise e organização dos dados, elaboração e planejamento da exposição museográfica, elaboração de um livro e realização de minicursos e oficinas dos discentes e docentes das escolas mapeadas, revisão das matrizes curriculares do IFCE, sistematização, seleção e revisão do dados para publicação e exposição, contratação de editora, lançamento do livro, e exposição da finalização do projeto. Após apresentação Cristiane sugeriu que os *campi* que aderirem ao acordo de cooperação poderiam disponibilizar bolsistas dos neabis e/ou bolsistas voluntários, assim como, a disponibilização dos veículos oficiais para o deslocamento as comunidade e instituições. Dando continuidade à reunião, Patrícia fez uma breve explanação sobre acordo de cooperação com a Cáritas, colocando a seriedade do trabalho desta entidade e o comprometimento do trabalho realizado. O acordo de cooperação tem um objetivo específico que pauta as questões étnicos raciais. Como não há mais tempo para explanação serão encaminhados o acordo e plano de trabalho, por e-mail, para os coordenadores de extensão e coordenadores de NEABI's, com a finalidade de discutirmos os representantes para estarem presentes na reunião com a Cáritas para a execução da parceira. A previsão

para a reunião será em 26 de abril de 2019. Em seguida tivemos a exposição do curta metragem “Os cabelos de Yami” pela professora da Universidade Federal de Campina Grande, Elizete Vicente. O primeiro lançamento foi em novembro de 2018 na Livraria LaMarca. O curta trata sobre o racismo que as crianças e mulheres negras sofrem em virtude de seus cabelos. Os encaminhamentos da reunião foram os seguintes: 1) Requerer cronograma de atividades específicas sobre heteroidentificação; 2) realizar a articulação entre PROEN, PROEXT, DAE, PRPI e DGTI em relação a utilização do sistema SUAP para que possamos contribuir nesse projeto piloto que estará iniciando em Maranguape, com o intuito de acrescentar as opções para os discentes responderem quanto a identificação indígena ou quilombola; 3) solicitar oficialmente dados anuais aos diretores dos *campi* sobre os discentes público para que os mesmos possam estar atentos a esses números; 4) criar instrumental dentro do Q’acadêmico para realizar pesquisas dos discentes indígenas e quilombolas; 5) Ter uma formação para os coordenadores de extensão no Fórum de Extensão sobre acompanhamento do PDI e PAA, com o intuito destes repassarem para os extensionistas e os membros dos núcleos nos campi; 6) Comunicação Social da reitoria entrar em contato com a comunicação dos campi para dar visibilidade aos projetos desenvolvidos pelos núcleos nas reportagens e multi mídia institucionais; 7) Requerer a participação dos NEABI’s no Fórum de Ensino, com pautas específicas para discutirem a respeito das medidas e políticas da instituição; 8) Reuniões de PPC precisam ter a participação dos NEABI’s para discutir e evitar penalização, devido à ausência de pontos referentes as questões legislativas; 9) No ensino médio estarem presentes as questões étnico raciais nos PUDs e no ensino superior ter uma obrigatória disciplina específica; 10) Elaboração de documento de resposta a PROEN; 11) Encaminhamento dos planos de ações dos campi a Coordenadoria de Acessibilidade e Diversidade étnico-racial.